X COLÓQUIO INTERNACIONAL
"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
ISSN: 1982-3657

CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO: UMA NOVA PERSPECTIVA DE REFLEXÃO

MURILO AGUIAR DE SOUZA

EIXO: 13. CURRÍCULO ESCOLAR, GESTÃO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

RESUMO: O presente artigo apresenta reflexões sobre o Conselho de Classe e suas atribuições na escola. Discute também sobre o modelo participativo do conselho e como essa participação pode ser construída. Analisa como a avaliação desenvolvida pelo Conselho de Classe pode ser uma reflexão sobre o processo ensino-aprendizagem. Apresenta o papel da gestão pedagógica nos diferentes conselhos da escola e como esta gestão pode contribuir para uma (re)organização das ações pedagógicas. Aborda-se também sobre a participação da comunidade tanto nos Conselhos de Classe quanto no ambiente escolar, levando em consideração a formação político-social dos sujeitos. **Palavras-chave:** Comunidade escolar. Conselho de Classe Participativo. Ensino-aprendizagem. Reflexão. **ABSTRACT**: This article presents reflections on the Class Council and its tasks in the school. It also discusses about the participatory model of the board and how that participation can be built. Analyzes how the assessment developed by the Class Council may be a reflection on the teaching-learning process. It presents the role of educational management in the different school boards and how this management can contribute to (re) organization of educational activities. It is also about community involvement both in class councils and school environment, taking into account the political and social formation of the subjects. **Key words:** School community. Board of participatory class. teaching-learning process. Reflection.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar em que medida a existência de um Conselho de Classe pode contribuir para uma avaliação mais holística do processo ensino-aprendizagem. O Conselho de Classe é um órgão colegiado, presente na organização escolar, em que os vários

professores das diversas disciplinas, juntam-se a equipe pedagógica, fazendo parte deste espaço, coordenadores ou mesmo os supervisores e orientadores educacionais, objetivando refletir e avaliar o desempenho pedagógico dos alunos das diversas turmas, sob múltiplas perspectivas. Algumas escolas reúnem esse conselho periodicamente, mas em sua grande maioria, ele ocorre somente no final do ano para decidir sobre aprovações ou reprovações. Vasconcellos (1994, p. 72-3) afirma que os Conselhos de Classe podem ser importantes estratégias na busca de alternativas para a superação dos problemas pedagógicos, comunitários e administrativos da escola. São organizados através de reuniões durante o ano onde devem participar professores, pedagogos, direção, alunos ou seus representantes, auxiliares de disciplina e pais, a fim de ter uma visão de conjunto e o seu enfoque principal deve ser o processo educativo. Nessa reunião devem ser apontadas as necessidades de mudança em todos os aspectos da escola, devem ser tomadas providências, registradas e avaliadas no Conselho seguinte. A Escola Estadual Epifânio Dória "Epifânio"[i] localizada no município de Poço Verde não possui o Conselho de Classe, motivo pelo qual ocorre uma avaliação fragmentada do aluno, ou seja, cada professor avalia de acordo com o desempenho em sua disciplina. Vale salientar, que a Secretaria de Educação do Estado de Sergipe não prevê a implantação de Conselhos de Classes nas escolas públicas, mas também não as proíbe, ficando a decisão a cargo das escolas. Apesar de citar somente o "Epifânio" nesta análise, objetiva-se uma maior discussão sobre o tema abordado. Contudo, partiremos do problema central: em que medida a existência de um Conselho de Classe contribuiria para uma avaliação holística do processo ensino-aprendizagem?

Concomitantemente, investigaremos outros problemas, tais como: qual a importância do Conselho de Classe para a escola?

Como o Conselho de Classe pode ajudar a melhorar o ensino – aprendizagem?

O conselho de Classe poderia influenciar nos índices de aprovação?

Para isso, será realizada uma abordagem qualitativa. Pois segundo Neves (1996), a pesquisa qualitativa, usada inicialmente nas Ciências Sociais, nos últimos 30 anos vem angariando espaço principalmente na área de Psicologia, da Educação e da Administração. É nesse sentido que "Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa se opõem ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade." (TERENCE & FILHO, 2006, p. 02). Assim, Neves (1996) aponta sobre a crescente prática da pesquisa qualitativa nas áreas sociais tanto no mundo quanto no Brasil. Já Terence & Filho (2006) complementam, afirmando que a pesquisa qualitativa como uma das diferentes formas de abordagem, salientando a importância desse modelo, também, nas ciências sociais. Este estudo é motivado pela constatação da falta de reuniões entre professores, gestores e funcionários. Assim, encontra-se um déficit nas formas de avaliação,

pois por motivos diversos, tais como: trabalhar em diferentes escolas, trabalhar em municípios diferentes, mais de um vínculo empregatício, horários fragmentados, entre outros fatores, os professores não conseguem trabalhar de forma sincronizada, devido à inexistência de encontros entre os profissionais da escola. É nessa perspectiva que nos interessamos em estudar a existência de um Conselho de Classe como forma de uma avaliação satisfatória, na qual a comunidade escolar participará do encontro que discutirá e contribuirá para o rendimento, tanto dos alunos, como dos professores e gestores também. Há uma necessidade urgente em modificar as formas individuais de avaliação, pois essas práticas são extremamente excludentes.

> Entendemos que em cada concepção de avaliação está intrincada uma determinada concepção de educação, que inclui a concepção de homem e de sociedade e, consequentemente de escola. No campo educacional, a avaliação enquanto uma verificação da aprendizagem ainda se constitui em um poderoso instrumento de classificação bem como, de exclusão. (MORAES; STELLA; TERUYA, 2011, **p. 13233**) De acordo com as dificuldades encontradas na avaliação dos alunos, tais como: currículos descontextualizados, grande quantidade de disciplinas e o próprio modelo de avaliação, torna-se cada vez mais importante a existência de um Conselho de Classe que possibilite uma reflexão sobre as estratégias pedagógicas aplicadas.
>
> Nesse sentido, no âmbito escolar, os Conselhos de Classe são importantes estratégias na busca de alternativas para a superação dos problemas pedagógicos, comunitários e administrativos da escola, com a participação de todos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, construindo juntos propostas que permitam, a todos, agir em conjunto, primando por uma mudança educacional. (LORENZONI et al., s.d.) Sendo assim, não é só implantar o Conselho de Classe no "Epifânio" como possibilidade de resolver os desencontros da avaliação, mas também fazer desses espaços uma afirmação da Gestão Participativa, como propõe a recente implantação dos Conselhos Escolares nas escolas estaduais de Sergipe, pois os agentes envolvidos no Conselho de Classe como os alunos deverão participar efetivamente. Este trabalho encontra-se dividido em três tópicos. O primeiro tópico pretende problematizar sobre o objetivo do Conselho de Classe com o título: Conselho de Classe: avaliação ou reflexão?
>
> No segundo tópico pretende-se diagnosticar como a Coordenação

Pedagógica pode auxiliar no processo ensino-aprendizagem, através do Conselho de Classe, cujo título é: O Papel da Gestão Pedagógica no Conselho de Classe. No terceiro tópico apresentaremos uma modalidade mais participativa de Conselho, denominado de Conselho de Classe participativo: perspectivas de uma Comunidade Escolar atuante.

CONSELHO DE CLASSE: AVALIAÇÃO OU REFLEXÃO?

Por muito tempo, observa-se a utilização de Conselho de Classe somente para a avaliação dos educandos durante um semestre ou ano letivo. Em diversos estados brasileiros a prática do Conselho é somente uma avaliação que parte do professor para o aluno, resultando numa avaliação unifocal e fragmentada. A implantação do Conselho de Classe no Brasil se deu como forma de avaliação do rendimento dos alunos. A lei n° 5.692/71 deu abertura aos Conselhos Estaduais de Educação a criarem formas de acompanhamento pedagógico. No artigo 2°, parágrafo único diz que a "organização administrativa, didática e disciplinar de cada estabelecimento de ensino será regulada no respectivo regimento, a ser aprovado pelo órgão próprio do sistema, com observância de normas fixadas pelo respectivo Conselho de Educação". O parágrafo único determina que as escolas criem Conselhos de Classes, respeitando as características das escolas e dos profissionais que nela desenvolvem suas atividades, uma vez que a didática é prática pedagógica. A disciplina aparece no texto por conta do regime militar que governava o país na época da sua elaboração. Se por um lado o Conselho de Classe é utilizado como instrumento de avaliação, por outro lado pode-se utilizar como reflexão das práticas pedagógicas, da gestão escolar e de tudo que cerca o ambiente escolar. Quando avaliamos, nos colocamos acima dos avaliados, portanto a probabilidade de errarmos é enorme. Numa reflexão, os autores se confundem e se colocam no lugar do outro. É neste sentido que o professor estadunidense Kenneth M. Zeichner. diz que:

O movimento da prática reflexiva envolve, à primeira vista, o reconhecimento de que os professores devem exercer, juntamente com outras pessoas, um papel ativo na formulação dos propósitos e finalidades de seu trabalho e de que devem assumir funções de liderança nas reformas escolares.(ZEICHNER, 2008, p. 539) As "outras pessoas" citadas pelo autor pode ser compreendida como comunidade escolar, a qual acompanha e interfere no funcionamento da escola. O ato de refletir sobre as práticas

pedagógicas, pode gerar bons resultados, pois o professor tem a oportunidade de (re) pensar sobre atitudes e estratégias aplicadas anteriormente e, consequentemente, planejar uma didática compatível ao público. Com isso, não estamos afirmando que a reflexão é algo simples ou até mesmo que sua prática resolverá os desencontros escolares e, sim, propondo uma ideia de contribuição tanto para o professor quanto para o aluno. Assim, é válido enfatizar que o Conselho de Classe é o espaço privilegiado para uma reflexão pedagógica servindo para reorientar o trabalho do docente e do aluno. Vasconcellos (1994 p. 53) alerta que qualquer mudança na realidade escolar requer uma modificação de mentalidade e esta não pode se resumir apenas ao discurso, requer dos envolvidos uma mudança de prática. Para que isso aconteça professores, pedagogos e direção devem assumir um posicionamento pedagógico claro onde as responsabilidades sejam divididas. A falta de articulação coletiva frente às intervenções e ações em sala de aula acaba comprometendo o trabalho de todos. Vale ressaltar que a reflexão não deve ser exercitada somente pelos profissionais da educação, mas também pela comunidade, uma vez que esta, participando dos Conselhos de Classe, estará ciente das discussões a respeito das atividades escolares. Assim, a comunidade exercita sua real função na escola: acompanhar, interferir, propor, enfim, se manifestar para sair da condição de receptor de serviços públicos e torna-se construtor dos serviços. Por fim, essa necessidade surge, exatamente, a partir das reflexões enquanto cidadão, ou seja, da condição de transformador da sociedade. Portanto, o Conselho de Classe pode ser encarado, também, como espaço de reflexão e não somente como avaliação. Assim, a ideia de transformação do ambiente escolar pode ser concretizada, pois o ato de (re)pensar as práticas pedagógicas e as relações neste ambiente pode ajudar na construção conjunta do processo ensino-aprendizagem. **O PAPEL DA GESTÃO PEDAGÓGICA NO CONSELHO DE CLASSE** A Gestão Pedagógica encaixa-se como peça fundamental de (re)organização do processo ensino-aprendizagem. Articular os conhecimentos e habilidades de acordo com o tempo e espaço é um dos objetivos da gestão. Entretanto, o "Epifânio" apresenta uma falta de articulação pedagógica, pois é dado mais importância a documentos burocráticos, tais como: plano anual, plano de aula, cadernetas escolares, entre outros que a própria gestão pedagógica deveria construir. É bom

deixar claro que os documentos burocráticos citados anteriormente são de suma importância para a coordenação pedagógica, no entanto, as outras atividades como: articulação, aproximação do corpo docente, acompanhamento dos alunos, entre outras, deveriam ter semelhante atenção.

Além dessas atividades, o coordenador pedagógico propõe estudos, discussões e revisão do Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, estimula a interrelação entre projetos didáticos e assegura a unidade da ação pedagógica, acompanha o processo avaliativo escolar e institucional e cuida dos aspectos organizacionais do ensino: coordenação de reuniões pedagógicas; elaboração do horário escolar; organização das turmas; distribuição de professores; organização e conservação de material e equipamentos didáticos; planejamento e coordenação do Conselho de Classe. Também é assegurado no âmbito da coordenação pedagógica a articulação entre gestão e organização da escola, mediante o exercício de gestão democrática (participativa, descentralizadora e autônoma) (MERCADO, 2011, p. 04) Essas práticas são amparadas por elementos fundamentais, tais como: o trabalho coletivo, a formação continuada e a participação da comunidade escolar. Com isso, proporcionam uma cooperação mútua e, consequentemente, em propostas pedagógicas exequíveis. É neste contexto que Lima (2007, p. 87) expõe o papel norteador do coordenador pedagógico, afirmando que na "constituição da coordenação pedagógica o profissional deve exercer e ser legitimado pelo seu aspecto de liderança e condução dos trabalhos pedagógicos de uma unidade educacional e na construção de uma prática pedagógica mais consistente, enriquecida e criativa. O coordenador é aquele agente de transformação no cotidiano escolar, responsável pela construção e reconstrução da ação pedagógica. Na literatura atual a principal função do coordenador pedagógico é o de mobilizar os diferentes saberes dos profissionais que atuam na escola para levar os alunos ao aprendizado. Essa é a visão que Freire (1982) defende ao descrever que o coordenador pedagógico é, primeiramente, um educador e como tal deve estar atento ao caráter pedagógico das relações de aprendizagem no interior da escola. Ele leva os professores a (re)significarem suas práticas, resgatando a autonomia docente sem, se desconsiderar a importância do trabalho coletivo. O coordenador precisa estar sempre atento ao cenário que se apresenta à sua

volta, valorizando os profissionais da sua equipe e acompanhando os resultados. Essa caminhada nem sempre é feita com segurança, pois as diversas informações e responsabilidades, o medo e a insegurança, também fazem parte dessa trajetória. Cabe ao coordenador refletir sobre sua própria prática para superar os obstáculos e aperfeiçoar o processo de ensino – aprendizagem. O trabalho em equipe é fonte inesgotável de superação e valorização do profissional. É nessa discussão que a Gestão Pedagógica encaixa-se como peça fundamental de (re) organização do processo ensino-aprendizagem. Articular os conhecimentos e habilidades de acordo com o tempo e espaço é um dos objetivos da gestão. Ratificar a importância da coordenação pedagógica no Conselho de Classe não é diminuir a importância dos outros agentes da comunidade escolar, e sim afirmar sua atribuição de coordenação. Vale salientar que, este estudo não objetiva criar uma hierarquização no Conselho de Classe, no entanto, este conselho é um instrumento pedagógico, o qual a participação desse profissional é indispensável. Deste modo, a Coordenação pedagógica deve refletir sobre sua real função, tanto no âmbito educacional, quanto no âmbito social, uma vez que a escola é o palco de diminuição das diferenças. **CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO: PERSPECTIVAS DE UMA COMUNIDADE ESCOLAR ATUANTE** A importância da participação da comunidade nas atividades escolares não é assunto novo na área da educação. No entanto, só recentemente o estado de Sergipe deu seus primeiros passos para uma gestão escolar democrática mediante o decreto n° 29.749 de 06 de março de 2014 que determinou a criação dos Conselhos Escolares em todas as escolas estaduais. Com esse decreto, todas as escolas tiveram até o fim do ano de 2014 para criar esses conselhos. O Conselho Escolar é composto pelo Diretor da escola, único membro não eletivo, e representantes de: pais e responsáveis de alunos; professores e pedagogos; alunos e de funcionários. Todos esses concorrem uma eleição. O Conselho Escolar é um órgão de representação da comunidade escolar, cuja função é participar de todas as atividades escolares, desde as finanças, até as práticas pedagógicas. Essa participação acontece de forma consultiva e deliberativa, já que a estrutura desse órgão é aconselhar. O Conselho Escolar é uma prática da gestão democrática, assim como, o Conselho de Classe. Não se trata da anulação de um Conselho ou da criação de outro, e sim da complementação que um pode dar ao outro. Como o decreto citado no parágrafo anterior já está em

vigor, cabe às escolas ou até mesmo a comunidade fazer uso desse instrumento de participação. O Conselho de Classe torna-se indispensável, à medida que a aproximação da comunidade é ratificada pelo próprio Conselho Escolar. Propor discussões envolvendo pais e alunos é uma oportunidade de conhecer a realidade das famílias que compõem a escola. É nesta perspectiva que surge o Conselho de Classe Participativo, pois este propicia momentos de integração. É neste tipo de conselho que a comunidade pode expor suas particularidades, seus anseios e até suas necessidades. Portanto, essa aproximação pode gerar certa harmonia nas ações, já que uma vez discutidas em grupos, as inquietações foram socializadas e refletidas. Com isso, faz-se necessário que a comunidade participe da implantação ou até mesmo da reformulação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola. Vale notar que o último. Projeto Político-Pedagógico elaborado no "Epifânio" é datado do ano de 2008. Sendo assim, uma gestão democrática pode proporcionar ações administrativas e pedagógicas mais coerentes com a realidade da comunidade. Já que a principal proposta do Projeto Político-Pedagógico é criar metas para serem alcançadas, deve-se mobilizar a comunidade para participar efetivamente das ações escolares, com isso teremos a oportunidade de apresentar a importância do Projeto Político-Pedagógico. De posse dessa importância, o trabalho de conscientização para maior participação no projeto, torna-se menos complexo. Entende-se que a transparência é algo fundamental numa gestão participativa, portanto, ser transparente é preocupar-se com as dúvidas dos outros. Explicar para que serve, qual objetivo e como é elaborado o Projeto Político-Pedagógico é fator fundamental para atrair a comunidade. Mostrar o quanto a sua participação é importante em todos os processos, seja na elaboração, seja na execução, valoriza sua função de cidadão e como parte integrante da escola. Outro ponto importante perpassa pela democratização da gestão escolar[ii], na qual uma maior prática de diálogo entre gestores e professores da escola, refletirá na comunidade. Transparecer um ambiente democrático na escola funcionará como divulgação dos trabalhos diferenciados aplicados nela. Sendo assim, mobilizar a comunidade escolar para participar efetivamente da escola, resultará na maior participação desta na construção e execução do Projeto Político-Pedagógico. Compreende-se que a educação brasileira vem passando por processos de democratização, porém não de forma simplória, ou até mesmo objetiva e sim de forma

disfarçada, sobretudo por interesses dominantes. É neste contexto que Vargas (2008) explica que:

No contexto da história da educação brasileira pode-se observar que, embora a gestão da educação no Brasil de hoje esteja vinculada à ideia de democracia e entendida como sinônimo de participação coletiva dos envolvidos na prática pedagógica, ainda predomina resíduo de uma prática autoritária, tanto nos setores educacionais como na própria sociedade brasileira. (VARGAS, 2008, p. 22). A educação brasileira continua sendo tratada como serviço, uma vez que, foi entregue aos interesses neoliberais. Essa visão mercadológica da educação confirma o modelo econômico imposto a nossa sociedade, o capitalismo. Enquanto a educação for percebida como produto de mercado, continuaremos a analisar quantitativamente seus resultados. Maior número de vagas nas escolas e universidades não quer dizer melhor qualidade de ensino. Uma análise qualitativa da educação, guiada pela reorganização econômica da sociedade, levaria a uma perspectiva educacional mais efetiva, ou seja, com chances de mudanças estruturais no país. Portanto, a melhoria educacional transcorre, também, pela estrutura política, a qual deve ser fiel às leis que asseguram o direito a educação, não só como forma de ingresso nas instituições, mas sim como instrumento de diálogo com a sociedade, pois é para esta que o Estado deve servir.

Para construir uma escola pública democrática é indispensável a inclusão de instâncias colegiadas[iii] porque a participação coletiva faz parte do perfil democrático e facilita o compartilhamento das decisões e informações. Propiciar a participação coletiva nas decisões significa envolver pais, alunos, professores, funcionários e outras pessoas da comunidade na administração escolar. As decisões, sendo coletivas, assumem valor qualitativo maior do que as individuais porque representavam, de fato, as aspirações da comunidade. (VARGAS, 2008, p. 58). Assim sendo, as instâncias colegiadas de que trata o autor pode contribuir para uma participação coletiva das ações pedagógicas no "Epifânio". O Conselho de Classe Participativo, portanto, deve ser encarado como estratégia pedagógica, pois a avaliação/reflexão estará sendo praticada. Deste modo, ações coletivas conseguem gerar mais credibilidade, ou até mesmo, resultados favoráveis. **CONSIDERAÇÕES FINAIS** Longe de avaliar a qualidade educacional no

tempo e no espaço, até mesmo porque é subjetiva, evidenciamos um modelo de educação repressora no Brasil. Essa repressão está presente até os dias atuais, uma vez que a educação brasileira não consegue desprender-se de interesses dominantes. Entendida como "transferência do conhecimento" a educação vem passando por diversas transformações, tanto em sua forma, quanto na etimologia. Logo, a escola deve ser compreendida como espaço de reflexão, não só de práticas pedagógicas, mas também do seu papel na sociedade. A comunidade participando desses espaços pode gerar discussões mais contundentes e, consequentemente, planos de ações mais coerentes com a realidade desta. Propomos assim, que o "Epifânio" adote em sua dinâmica a prática do Conselho de Classe Participativo, objetivando assim uma melhor interação entre a escola e a comunidade, pois os resultados desta interação serão constantemente refletidos por ambas. É nessa perspectiva que a democracia é fortalecida, pois os direitos adquiridos são inquestionáveis. A escola pública é referenciada nesse contexto de forma que o papel da escola é a socialização do saber, sendo o espaço público característico dessa socialização. É na escola pública que os cidadãos, principalmente os alunos, têm os primeiros contatos com os Direitos e Deveres, pois é neste espaço que ocorre às primeiras reivindicações sobre seus direitos e onde ocorrem também as primeiras cobranças de seus deveres. Toda essa articulação pedagógica é apoiada pela gestão escolar que deve sempre estar atenta às demandas sociais. Perceber em qual contexto a escola está inserida para melhor organizá-la. Como o "Epifânio" encontra-se como PPP desatualizado, evidencia-se a necessidade de um novo. Contudo, a participação da comunidade será de suma importância para adequar as ações às necessidades da escola. No entanto, para que a comunidade participe são necessárias novas formas de atraí-la. Daí surge algumas questões, tais como: como atrair a comunidade para participar e intervir na escola, se a escola não consegue ver os anseios da comunidade?

É a escola que tem que mudar a sua forma de atrair a comunidade ou a comunidade deve intervir na escola para que esta mude?

Buscar respostas para estas questões aparentemente primarias pode gerar boas reflexões e resultar em propostas vindas da própria comunidade. Por conseguinte, a escola deve elaborar atividades que integrem toda a comunidade, ou seja, que a escola se insira nos problemas da cidade, do

bairro, do povoado, do assentamento, enfim, no seu espaço vivido. Por exemplo: a agricultura de Poço Verde, principalmente milho e feijão, tem enorme impacto no município, seja ele ambiental, social ou econômico, e as escolas pouco discutem isso - mas não é uma discussão em sala de aula entre professores e alunos, e sim de uma discussão com toda comunidade poçoverdense. A utilização de inseticidas, agrotóxicos e fertilizantes na agricultura prejudica todo o município, e porque não as escolas surgirem como espaços alternativos de discussão, já que os espaços políticos tais como: câmara de vereadores, associações e sindicatos muitas vezes não discutem. É desta imersão que estamos falando, da escola, e consequentemente de toda comunidade, em mergulhar nos conflitos sociais que perpassam por decisões políticas. Contudo, a introdução da formação política dos sujeitos no currículo escolar, torna-se cada vez mais necessária. Essa formação pode acontecer de forma transversal nos conteúdos, desde que a proposta seja, de fato, contemplada e não seja vista somente como mais um conhecimento a ser transmitido. Podemos citar o exemplo da criação dos Conselhos Escolares, a qual houve pouca preocupação na formação política dos membros, já que antes das eleições houve apenas uma reunião para explicar os objetivos e atribuições do órgão. Ver-se, portanto que, o Conselho de Classe Participativo surge como uma nova forma de refletir sobre a educação e como avaliá-la. A reflexão do professor, coordenador, bem como gestor sobre o seu próprio trabalho é o melhor instrumento de aprendizagem e é essa nova atitude desses profissionais da educação que trará um novo significado às práticas do Conselho de Classe. Na verdade o Conselho de Classe Participativo é uma oportunidade ímpar que possuem os envolvidos com a aprendizagem, pois além da liberdade que cada um tem de expor suas impressões, ideias e olhares, ainda são encorajados pelos pares que ao longo da discussão vão apresentando argumentos para a soma do resultado ou a busca do melhor caminho. Apenas o que não pode faltar em cada membro desse Conselho é o comprometimento com a causa e a justiça na tomada de decisão. Contudo, é um espaço de discussão, no qual as reflexões vão além do espaço físico da escola. Pois, acredita-se que a superação dos entraves educacionais deve ocorrer quando estivermos engajados na importância da escola na formação dos sujeitos. A escola deve se preocupar mais com a formação para as relações sociais do que para o mercado de trabalho. Conteúdos disciplinares

têm seu valor, no entanto, não devem ser tratados como o único objetivo a ser alcançado pela escola.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. FREIRE, Paulo. Educação: Sonho possível**.** In: BRANDÃO, Carlos R. (org). **O educador:** vida e morte. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982 LIMA, P. G.; LIMA, S. M. D. **O Coordenador Pedagógico na Educação Básica**: desafios e perspectivas. Educere et Educare Revista de Educação, 2, jul./dez., 2007. p. 77-90. LORENZONI, Rosilãne de L; REMPEL, Terezinha L; CARGIN, Elisane S; TONIOLO, Joze Medianira dos S.A. **Conselho de Classe participativo**: uma experiência de participação democrática na escola. (artigo produzido no Curso de Especialização em Gestão Educacional – UFSM) s.d. MERCADO, Elisangela. O papel do coordenador pedagógico como articulador do processo ensino e aprendizagem: reflexões sobre o conselho de classe. In: **V encontro de pesquisa em educação de alagoas**, 2010. Maceió. Anais eletrônicos.
Disponível em:
<http://
dmd2.webfactional.com
/media/anais.>
Acesso em: 25 jul. 2015. MORAES, Denise R. da Silva; STELLA, Ivanir; TERUYA, TesesaKasuko. **O Conselho de Classe Participativo e sua Materialidade na Escola Pública.** Anais do X Congresso Nacional de Educação, Curitiba, 07 a 10 de novembro de 2011, p. **13228-13239**. NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades**. Cadernos de Pesquisas em Administração, v. 1, n.3, 2º sem., 1996. VARGAS, Maria A.S**. Conselho de Classe**: a participação da comunidade escolar. 2008. 133f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista – Unoeste, Presidente Prudente. 2008. VASCONCELLOS, C. dos S. **Avaliação:** concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar. Cadernos Pedagógicos do Libertad, v.3. São Paulo, Libertad, 1994. ZEICHNER, Kenneth M. Uma análise crítica sobre a "reflexão" como estruturante na formação docente. In: **Educação e Sociedade**. Campinas: v. 29, n. 103, p. 535-554, maio/ago. 2008.

[1] "Epifânio" é o modo como a população do município de Poço Verde se refere à escola. [1] A democratização da gestão escolar é proporcionar eleições para que a comunidade escolar escolha os gestores de forma democrática. Vale salientar que os diretores das escolas estaduais de Sergipe são cargos indicativos. Muitas vezes não fazem parte da comunidade escolar e até mesmo do município. [1] São denominados como órgãos colegiados de gestão: Conselho Escolar, Conselho de Classe, APMF (Associação de Pais, Mestres e Funcionários) e Grêmio Estudantil.

[1] Professor de Geografia da Rede Estadual de Ensino de Sergipe. Especialista em Coordenação Pedagógica e aluno do mestrado Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC) da Universidade do Estado da Bahia. Integrante do Grupo de Pesquisa Geotecnologia, Educação e Contemporaneidade (GEOTEC), vinculado a Universidade do Estado da Bahia. murilojamado@yahoo.com
.br

Recebido em: 05/08/2016

Aprovado em: 06/08/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: